

Dispõe sobre o pagamento de custas judiciais e porte de remessa e retorno de autos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, XX, do Regimento Interno e considerando o que dispõem os arts. 2º, parágrafo único, e 4º da Lei n. 11.636, de 28 de dezembro de 2007, e o que consta no Processo Administrativo STJ n. 460/2010,

RESOLVE:

**Capítulo I
DAS AÇÕES ORIGINÁRIAS**

Art. 1º São devidas custas judiciais nos processos de competência originária do Superior Tribunal de Justiça, conforme os valores constantes da Tabela "A" do Anexo.

§ 1º Nas ações originárias, o comprovante do recolhimento das custas judiciais deverá ser apresentado à unidade competente do Superior Tribunal de Justiça, no ato do protocolo.

§ 2º O comprovante do recolhimento das custas deverá ser encaminhado juntamente com a petição, quando esta for remetida ao Superior Tribunal de Justiça por fac-símile ou por meio eletrônico.

§ 3º As petições encaminhadas pelo correio deverão vir acompanhadas do original do comprovante do recolhimento das custas judiciais.

§ 4º As petições desacompanhadas do comprovante do recolhimento das custas judiciais serão autuadas, certificadas e submetidas ao ministro presidente.

**Capítulo II
DOS RECURSOS**

Art. 2º São devidas custas judiciais e porte de remessa e retorno dos autos nos processos de competência recursal do Superior Tribunal de Justiça, segundo os valores constantes das Tabelas "B" e "C" do Anexo.

§ 1º O recolhimento do preparo, composto de custas e porte de remessa e retorno, será feito no tribunal de origem.

§ 2º Os comprovantes do recolhimento das custas judiciais e do porte de remessa e retorno dos autos, a que se refere o *caput* deste artigo, deverão ser apresentados no ato da interposição do recurso.

§ 3º Os recursos interpostos de acórdãos provenientes do Tribunal de Justiça

Edição nº 967 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 12 de Janeiro de 2012 Publicação: Sexta-feira, 13 de Janeiro de 2012 do Distrito Federal e Territórios, estão sujeitos apenas ao recolhimento do porte de retorno, que corresponde à metade do valor da Tabela “C”.

§ 4º Quando o tribunal de origem cobrar o porte de remessa e retorno em nome próprio, o recorrente recolherá o valor exigido pela tabela local e na forma lá disciplinada.

§5º Em se tratando de recurso interposto por meio de processo eletrônico, será recolhido, para o retorno das peças produzidas neste Tribunal, 50% do valor fixado na Tabela “C” para até 180 folhas – 1kg.

Capítulo III DAS ISENÇÕES

Art. 3º Não é devido o preparo nos processos de *habeas data*, *habeas corpus* e recursos em *habeas corpus* nem nos demais processos criminais, salvo a ação penal privada.

Art. 4º São dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelos estados e municípios e respectivas autarquias e por outras entidades que também gozem de isenção legal.

Art. 5º Não será exigido o pagamento de preparo nos agravos de instrumento interpostos contra decisões que deixem de processar o recurso ordinário em mandado de segurança ou a apelação nas hipóteses de que trata o art. 105, II, “c”, da CF.

Capítulo IV DO RECOLHIMENTO

Art. 6º O recolhimento das custas judiciais e do porte de remessa e retorno dos autos será realizado mediante guia de recolhimento da União – GRU Simples.

§ 1º A GRU é emitida no sítio do Tesouro Nacional, podendo ser acessada na página do Tribunal: <http://www.stj.jus.br/>.

§ 2º As custas judiciais serão pagas mediante o Código de Recolhimento 18832-8/Custas Judiciais, UG/Gestão, 050001/00001.

§ 3º O porte de remessa e retorno dos autos será pago utilizando-se o Código de Recolhimento 10825-1/Porte de remessa e retorno dos autos, UG/Gestão, 050001/00001.

§ 4º Nos campos “CNPJ ou CPF do contribuinte” e “Nome do Contribuinte/Recolhedor” da GRU deverão constar o CPF ou CNPJ e o nome da parte autora da ação ou recurso respectivamente.

§ 5º Nas ações originárias, o campo “Número de Referência” da GRU deverá ser preenchido com “01”.

§ 6º Nos processos recursais, o campo “Número de Referência” da GRU deverá ser preenchido com o número do processo no tribunal de origem.

§ 7º Nos embargos de divergência, o campo “Número de Referência” da GRU deverá ser preenchido com o número do processo no qual é interposto.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 967 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 12 de Janeiro de 2012 Publicação: Sexta-feira, 13 de Janeiro de 2012

§ 8º Quando a GRU não puder ser emitida em decorrência de problemas técnicos no sítio do Tesouro Nacional, poderá ser utilizada a GRU Depósito ou a GRU DOC/TED, devendo-se alegar o fato obstativo.

Capítulo V DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 7º Nos agravos de instrumentos interpostos antes do regime da Lei n. 11.636, de 28 de dezembro de 2007, contra decisão denegatória de recurso especial, não será exigido o recolhimento do porte de remessa e retorno dos autos.

Capítulo VI DA VIGÊNCIA

Art. 8º Fica revogada a [Resolução n. 1 de 18 de janeiro de 2011](#).

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

Ministro ARI PARGENDLER

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 967 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 12 de Janeiro de 2012 Publicação: Sexta-feira, 13 de Janeiro de 2012

ANEXO

TABELA DE CUSTAS JUDICIAIS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA "A"

FEITOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA

FEITO	VALOR (em R\$)
I - Ação Penal	124,59
II - Ação Rescisória	249,20
III - Comunicação	62,30
IV - Conflito de Competência	62,30
V - Conflito de Atribuições	62,30
VI - Exceção de Impedimento	62,30
VII - Exceção de Suspeição	62,30
VIII - Exceção da Verdade	62,30
IX - Inquérito	62,30
X - Interpelação Judicial	62,30
XI - Intervenção Federal	62,30
XII - Mandado de Injunção	62,30
XIII - Mandado de Segurança:	
a) um impetrante	124,59
b) mais de um impetrante (cada excedente)	62,30
XIV - Medida Cautelar	249,20
XV - Petição	249,20
XVI - Reclamação	62,30
XVII - Representação	62,30
XVIII - Revisão Criminal	249,20
XIX - Suspensão de Liminar e de Sentença	249,20
XX - Suspensão de Segurança	124,59
XXI - Embargos de Divergência	62,30
XXII - Ação de Improbidade Administrativa	62,30
XXIII - Homologação de Sentença Estrangeira	124,59

TABELA "B"

RECURSOS INTERPOSTOS EM INSTÂNCIA INFERIOR

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 967 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 12 de Janeiro de 2012 - Publicação: Sexta-feira, 13 de Janeiro de 2012

RECURSO	VALOR (em R\$)
I - Recurso em Mandado de Segurança	124,59
II - Recurso Especial	124,59
III - Apelação Cível (art. 105, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal)	249,20



Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 967 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 12 de Janeiro de 2012 Publicação: Sexta-feira, 13 de Janeiro de 2012

TABELA "C"

PORTE DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS

Sede do Tribunal	DF	GO MG TO	MT MS RJ SP	BA ES PR PI SC SE	AL MA PA RS	AP AM CE PB PE RN RO	AC RR
Nº de folhas (kg)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Até 180 (1 kg)	30,80	47,00	64,00	78,00	87,00	93,80	111,40
181 a 360 (2 kg)	33,60	55,60	73,40	93,40	104,00	113,20	139,00
361 a 540 (3 kg)	36,20	64,00	84,20	109,80	121,40	133,80	168,80
541 a 720 (4 kg)	39,20	72,40	93,00	125,80	139,00	154,60	198,60
721 a 900 (5 kg)	41,40	79,40	102,60	140,80	156,20	174,40	227,40
901 a 1.080 (6 kg)	44,00	86,40	112,60	153,00	171,20	194,40	252,20
1.081 a 1.260 (7 kg)	46,80	94,80	124,00	170,20	191,60	216,80	280,00
Acima de 1.260 fls. por lote adicional de 180 folhas	2,80	8,40	11,40	17,20	20,40	22,40	27,80